

1 **ATA DA VIII REUNIÃO DO FÓRUM AMAZONENSE DE MUDANÇAS**
2 **CLIMÁTICAS, BIODIVERSIDADE, SERVIÇOS AMBIENTAIS E ENERGIA**
3 **(FAMC)**

4 DATA: 30 de setembro de 2011, Horário: 14:00 horas

5 LOCAL: Auditório da SUFRAMA

6
7 Ocorreu no dia 30 de setembro de 2011 a VIII Reunião do Fórum Amazonense de Mudanças
8 Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia (FAMC). A reunião foi moderada pela
9 Secretária de Estado, Sra. Nádia Ferreira. Às 14 horas e 30 minutos a reunião se deu início com a
10 leitura da ATA da VII Reunião do FAMC, realizada no dia 17 de junho de 2011, mediada pela
11 Secretária Nádia, sendo aprovada.

12 Após a leitura e aprovação da Ata da VII Reunião do FAMC, abre-se espaço para as considerações
13 dos Coordenadores das Câmaras Temáticas de Uso do Solo, Floresta e Serviços Ambientais; de
14 Energia; e Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas para falarem sobre as suas agendas de
15 trabalhos de 2011.

16 Iniciando sua fala, a Sra. Mariana Pavan, atual Coordenadora da CT de Uso do Solo, Floresta e
17 Serviços Ambientais mostra as atividades em que a CT está envolvida desde a última reunião.
18 Sobre o Processo de consulta pública da Política Estadual de Serviços Ambientais, uma das
19 principais atividades da CT junto ao Fórum, foi a realização das consultas públicas no interior. No
20 dia 27 de setembro, em reunião da Câmara Temática de Floresta, o Centro Estadual de Mudanças
21 Climáticas, Ceclima, apresentou o andamento da primeira versão da Consulta Pública da Minuta de
22 Lei de Serviços Ambientais e a discussão do processo presencial realizado no interior do Estado,
23 assim como do processo virtual e as principais demandas que foram registradas durante estes
24 processos, visando a preparação para a Consulta de Manaus. A capacitação no interior foi útil para
25 verificar se havia o entendimento da minuta de Lei, se os participantes entendiam qual era o
26 impacto e o objetivo da Lei para o Amazonas. Alguns representantes de instituições membros da
27 CT participaram da Consulta, como a UFAM, ICMBio, Embrapa, FUNAI, entre outros.

28 A Sra. Mariana (IDESAM) destaca a previsão de uma reunião técnica da CT-Florestas após a
29 divulgação da segunda versão da Lei com os comentários da PGE, ou mesmo apenas a segunda
30 versão sem esta análise, para que a CT tenha um tempo hábil (entre 10 a 15) dias para que se tenha
31 uma nova análise, onde a CT fará uma leitura sobre a segunda versão com o objetivo de pensar em



32 novos comentários e para se preparar para a Consulta Pública de Manaus. O Sr. João Talocchi, do
33 CECLIMA, disse que esta solicitação da CT-Florestas será atendida, com no mínimo 7 dias. As
34 principais atividades da CT de Floresta foram focadas na prioridade I e II da construção da Política
35 de Lei de Serviços Ambientais.

36 De acordo com a Sra. Mariana Pavan (IDESAM) a participação da CT no Monitoramento da
37 implementação do PPCDAM com uma nova prioridade para a Câmara, além do acompanhamento e
38 monitoramento do processo de consultas públicas, mas também com um novo foco, que seria a
39 terceira prioridade, para o monitoramento da implementação do PPCDAM, através de um processo
40 de contribuição para o Plano de Desmatamento. Por fim, a Sra. Mariana (IDESAM) destaca a
41 participação do Governo do Amazonas na 5ª Reunião Anual do GCF (Força Tarefa dos
42 Governadores em Floresta e Clima), com a notícia da oficialização do Fundo GCF, aportes
43 financeiros para os Estados membros desenvolverem atividades relacionadas à REDD+.

44 Ao final da apresentação da Sra. Mariana Pavan (IDESAM), a Secretária Nádia fala sobre a data da
45 Consulta Pública a ser realizada em Manaus, no dia 11 de novembro, e da equipe que trabalha com
46 o processo de construção da Lei para que haja tempo da Lei passar novamente para os membros do
47 Fórum, para assim ser passada para a Assembleia Legislativa.

48 A Secretária lembra sobre a Oficina de Trabalho “Instrumentos Econômicos e Financeiros” que
49 será realizada nos dias 03 e 04 de outubro e servirá para discutir a Minuta e sua importância. Ela
50 ressalta a participação de todos os membros do Fórum Amazonense e os membros do Conselho
51 Estadual de Meio Ambiente.

52 Em seguida o Sr. João Talocchi (Coordenador CECLIMA), representando Profº. Rubens Souza
53 (UFAM), coordenador da Câmara Temática de Energia, fala sobre a ausência do professor por
54 motivos de viagem. A partir daí segue com os encaminhamentos que a CT de Energia está
55 trabalhando como a possibilidade de entrega de Inventário do Setor Energético 2009/2010 com
56 inclusão das emissões da Hidrelétrica de Balbina e também das emissões do setor automobilístico,
57 lembra da importância da Câmara estar mais próxima das concessionárias. Outra ação da CT é a
58 proposta do Mercado Voluntário de Carbono para que haja estímulo às energias renováveis no
59 Estado e que um aluno de Mestrado da Universidade Federal de Jatobá está trabalhando com o
60 tema.

61 A Sra. Lucia Eliane (INMET) comenta sobre a instalação da Estação de Monitoramento de Gases
62 Efeito Estufa em Manaus, um projeto da UFAM para medição da qualidade do ar no período
63 inteiro como chuvoso e um período seco.



64 A Secretária Nádia lembra do Programa de Inspeção Veicular no Estado do Amazonas.
65 O Coordenador da Câmara Temática de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, o Sr.
66 Manzi, não participou da reunião por motivo de viagem e não teve nenhum representante.
67 Após as apresentações das Câmaras Temáticas, dá-se início a apresentação sobre a Política
68 Nacional sobre Mudança do Clima, Sr. Eduardo Canina, representante da Secretária de Mudanças
69 Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – MMA.
70 Durante apresentação, Sr. Eduardo Canina sobre a Legislação Federal relacionada ao Clima, assim
71 como a construção de um Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) do Decreto
72 Presidencial 6.263/2007, conta com a participação de 17 órgãos federais e o Fórum Brasileiro de
73 Mudanças Climáticas, tendo como finalidade orientar a Política e o Plano Nacional de Mudança do
74 Clima, coordenado pela Casa Civil. Já o Grupo Executivo (GEx) trabalha na elaboração, na
75 implementação, no monitoramento e na avaliação do plano, tem a participação de 8 órgãos federais
76 e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, coordenado pelo MMA.
77 O Sr. Eduardo Canina mostra também as metas setoriais voluntárias de redução de emissões, a
78 redução do desmatamento na Amazônia em 72%, em relação a 1996 – 2005, com metas
79 quadrienais, até 2017. Sobre as metas de Mitigação, foram apresentadas em 2009, durante a COP
80 15 em Copenhagen, algumas ações voluntárias para a redução de emissões até 2020, entre elas
81 relacionadas ao uso da terra, da agropecuária, energia, e outras com uma proporção de redução
82 entre 36,1% a 38,9%.
83 A Política Nacional de Mudança do Clima, sancionada após a COP 15 e regulamentada pelo
84 Decreto 7.390/2010 tem os seguintes planos setoriais de mitigação integrados: Plano de Ação para
85 a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPPCDAm); Plano de Ação para a
86 Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado); Plano Decenal
87 de Expansão de Energia (PDE); Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de
88 Carbono na Agricultura (Plano ABC) e por fim, o Plano de Redução de Emissões de Siderurgia.
89 Outros planos setoriais ainda serão elaborados como para o transporte público urbano; para a
90 indústria; para a mineração; para serviços de saúde e para a pesca e aqüicultura, não previsto na
91 política. O Sr. Eduardo Canina afirma que para as ações setoriais de redução de emissões os
92 instrumentos financeiros vem do Fundo Nacional de Mudança do Clima, do Fundo Amazônia e do
93 Fundo ABC.
94 Sobre o Redd+, O Sr. Eduardo Canina mostra a que a partir da COP 16, adotou-se uma abordagem
95 de implementação em fases, como o desenvolvimento das estratégias ou planos de ação nacional; A



96 implementação das políticas e medidas nacionais, e dos planos de ação que poderiam envolver
97 capacitação, desenvolvimento e transferência de tecnologias, e atividades demonstrativas; e a
98 abordagem de compensação por resultados. Além dos incentivos as legislações federais e estaduais
99 como a Lei do Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais do Estado do Acre (Aprovado), a Lei
100 do Sistema de Gestão dos Serviços Ambientais do Estado do Amazonas (em Consulta Pública) e a
101 Lei de Redd+ do Estado do Mato Grosso (em Consulta Pública).

102 Após a apresentação de Eduardo Canina, abre-se espaço para perguntas. A Sra. Mariana Pavan do
103 IDESAM, pergunta como o Ministério pretende fazer as articulações da implementação das
104 atividades do PPCDAM que 9 Estados da Amazônia tem o seu PPCD estadual e se o Ministério
105 tem aberto espaço para diálogo com os Estados. Pergunta também se houve uma consulta para a
106 definição das metas. Em resposta, o Sr. Eduardo Canina diz que sobre o PPCDAM, não poderá
107 responder, pois este é um assunto de outro departamento e sobre as metas ele informa que o
108 Governo quer estar perto dos Estados, mas que pela agenda deste não foi possível e prevê para o
109 próximo ano está aproximação.

110 O Sr. Muni Lourenço da FAEA, fala sobre a meta de 80% de redução no Desmatamento até 2020,
111 e diz que dados mostram que está meta será alcançada em 2012. E sobre o Programa ABC no
112 Amazonas, é um grande programa que terá lançamento junto com o Banco do Brasil no próximo
113 dia 20 de outubro, onde será realizado o primeiro Seminário de Pecuária Sustentável do Estado do
114 Amazonas, e uma dificuldade encontrada é a regularização fundiária. Em resposta, o Sr. Eduardo
115 Canina diz que não fica muito preocupado e que a média de variação é quinquenal. Já o Sr. João
116 Tezza da FAS, comenta sobre a distribuição orçamentária, o principal fator de investimento do
117 Plano é o Fundo ABC, para a redução das emissões ocasionadas pela agricultura, o
118 desenvolvimento da economia florestal e os dados apresentados há uma grande discrepância, dado
119 que o setor agropecuário e o agronegócio são setores que já dispõem de recursos próprios. Ele faz
120 uma pergunta sobre o orçamento, se será em forma de mosaico ou de forma centralizada, ou será
121 fragmentada em vários ministérios? Em resposta, o Sr. Eduardo Canina diz que a construção do
122 Plano deve-se a participação de todos os ministérios.

123 Terminado o debate sobre a apresentação de Eduardo Canina, representante da Secretária de
124 Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, inicia-se a
125 apresentação do Coordenador do Centro de Mudanças Climáticas – Ceclima, o Sr. João Talocchi,
126 com o tema Política de Serviços Ambientais do Amazonas, apresentando os resultados das
127 consultas públicas realizadas no interior do Estado. Em sua apresentação, o Sr. João Talocchi fala



128 sobre as primeiras discussões no âmbito do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas em 2010
129 sobre a proposta da Política de Lei de Serviços Ambientais, assim como a contratação de uma
130 consultoria jurídica para a estruturação da proposta de Lei que viabilizasse a Política. Em 21 de
131 março de 2011, foi lançada a Proposta da Lei de Política de Serviços Ambientais, aberta para
132 consulta pública em forma digital nos sites institucionais da SDS e do Ceclima. Além da
133 realização de 17 reuniões técnicas com 21 instituições da sociedade civil como ONGs e movimento
134 social, e 14 instituições governamentais como órgãos de governo e instituições de pesquisa, para
135 colher contribuições para a Política de Serviços Ambientais.

136 De acordo com o Sr. João Talocchi (CECLIMA), as consultas presenciais foram realizadas nos
137 Municípios de Apuí, Parintins, Humaitá, São Gabriel da Cachoeira, Carauari e Tefé, e tiveram a
138 participação 70 aproximadamente pessoas em cada município. Entre os participantes estavam
139 representantes Comunitários, do Sindicato dos Produtores Rurais, IDESAM, INCRA, SEMMA,
140 Câmara Municipal, CEUC, EMBRAPA, Lideranças Indígenas, FAS, Prefeitura Municipal,
141 ICMBIO, ISA, IBAMA, IFAM, entre outras, garantindo ampla representatividade. Dividida em
142 dois dias, as consultas presenciais contavam, no primeiro momento com uma capacitação e
143 discussão aprofundada sobre serviços ambientais, e no segundo dia era realizada a consulta pública.
144 O Sr. João Talocchi (CECLIMA) mostra os resultados das contribuições das consultas públicas
145 presenciais e relata que durante as consultas foi pedido que fosse enfatizado o direito territorial e a
146 cultura dos povos indígenas e das populações tradicionais, assim como os pequenos produtores. O
147 Sr. João Talocchi (CECLIMA) também lembra sobre a transparência com a sociedade em relação à
148 disponibilidade da realização da consulta pública e que todas as informações e/ou resultados
149 obtidos estão disponíveis no portal do Redd Amazonas: www.ceclima.sds.am.gov.br/redd.

150 Após a apresentação do Coordenador do Ceclima, Sr. João Talocchi, a discussão da reunião
151 continua com a apresentação da Sra. Kamila Amaral, representante da Assessoria Jurídica da SDS
152 (ASSJUR), com o tema “Proposta de Anteprojeto de Lei que institui o Sistema Estadual de
153 Serviços Ambientais”. Em sua fala, a Sra. Kamila Amaral (ASSJUR) inicia com a criação do
154 Comitê Jurídico, sendo instituído em julho de 2011 com a participação de 13 estudantes de Direito
155 e Bacharéis em Direito, representando uma novidade temática entre o meio jurista. Em relação a
156 metodologia, a Sra. Kamila mostra que o projeto foi dividido em análises: Técnica legislativa,
157 competência do Estado, se os princípios do Direito foram atendidos como os princípios da
158 Administração pública e do Direito Ambiental e por fim, a análise dos conceitos abordados pelo
159 Direito Ambiental. A Sr. Kamila Amaral (ASSJUR) relata sobre a divisão do projeto de Lei em 4



160 pontos: o primeiro é a Base da Lei que fala sobre os princípios a definição dos conceitos; o segundo
161 é a Estrutura do Sistema que fala da construção dos sistemas a agentes de execução; o terceiro,
162 Execução da Lei, fala sobre os sistemas de registros, a elaboração de inventários estaduais e
163 sistemas de informação de serviços ambientais e por fim, o quarto trata das Disposições Finais a
164 previsão da regulamentação da Lei.

165 Terminada a apresentação da Sra. Kamila Amaral da ASSJUR/SDS, é passada a fala para o Sr.
166 Rodrigo Freire, chefe de Departamento de Florestas e Serviços Ambientais do CECLIMA/SDS
167 para apresentar as próximas ações da Agenda de Estruturação da Política de Serviços Ambientais
168 do Amazonas a partir dos resultados das Consultas Públicas Digitais e Presenciais. O Sr. Rodrigo
169 Freire (CECLIMA) mostra as datas dos próximos eventos, como a realização da Oficina de
170 Trabalho de Instrumentos Econômicos e Financeiros da Política de Lei de serviços Ambientais, a
171 ser realizada nos dias 03 e 04 de outubro. Prazo estimado que no dia 17 de outubro a segunda
172 versão da Lei seja encaminhada a PGE e por fim, no dia 11 de novembro a realização da Consulta
173 Pública de Manaus.

174 Após as apresentação é aberta o espaço para a plenária que inicia com as discussões relacionadas a
175 Pauta da Reunião. O Sr. Samuel da WWF-Brasil, pergunta ao Sr. Eduardo Canina sobre a questão
176 das áreas protegidas. Qual seria a estratégia para superar os desafios e como aumentar o número de
177 áreas protegidas? Para as Unidades de Conservação há um processo inverso como mudança de
178 limite, desafetação e os números de unidades na Casa Civil já está há mais de 5/6 anos. E as SAFs
179 para os pequenos produtores, onde o foco é para assentamento, como enfrentar esse desafio? Em
180 resposta o Sr. Eduardo diz que em relação as Unidades de Conservação é o que está previsto no
181 PPCDAM com 6 milhões de hectares de UCs e 4 milhões em Terras Indígenas. E sobre a SAF, as
182 metas estão previstas no Plano ABC até 2020.

183 Já o Sr. José Caldeira do ITEAM, pergunta ao Sr. Eduardo Canina sobre a Regularização Fundiária
184 e comenta sobre a Agricultura Familiar, regida pela Lei 11.326. Para que o agricultor tenha o título
185 da ADAP, sua propriedade não pode ultrapassar 4 modelos fiscais, além disso existe o programa
186 PRONAF com uma linha de crédito para Floresta. O Sr. José Caldeira (ITEAM) diz que não
187 conseguiu entender porque há risco de 100% da pessoa que detém o crédito? Se o crédito vem a
188 beneficiar como o SAF, sendo que o risco é de 100% para o Banco. Como vocês pretendem
189 trabalhar para que esta questão esteja do mesmo modo do PRONAF da Agricultura Familiar? E
190 sobre as mudanças climáticas cita um exemplo que é a Feira de Agricultura Familiar comparando
191 preços. Diz também que o Fórum Amazonense deve se desvincular do cumprimento das metas, o



192 Fórum deve ter começo, meio e fim, preservar uma agricultura sustentável e pensar em meios de
193 valorizar os pequenos produtores do Estado. Em reposta, o Sr. Eduardo Canina, pede para entrar
194 em contato com o Ministério da Agricultura e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em
195 complemento o Sr. João Talocchi (CECLIMA), diz que a Lei tem propostas de criação de selos e
196 cadeias sustentáveis, usando mecanismos que já existem e outros que estão sendo pensando, alguns
197 deles serão discutidos durante a Oficina de Trabalho.

198 Já o Sr. João Paulo da SEPROR, pergunta sobre os grandes empreendimentos, compensação
199 ambiental para mudanças climáticas, e pergunta se o fato de já existir uma compensação dos
200 grandes empreendimentos para a questão ambiental, não resultaria numa dupla tributação dos
201 grandes empreendimentos? Em reposta, o Sr. João Talocchi (CECLIMA) diz que está sendo
202 discutida no Estado a Lei Estadual de Compensação Ambiental e que o quesito mudanças
203 climáticas terá com base as emissões de Gases de Efeito Estufa dos grandes empreendimentos, para
204 que possamos trabalhar de maneira voluntária ou regulamentada, como exemplo, a RIO+20, o
205 Rock in Rio, que trabalham de maneira voluntária em relação a quantidade de GEE emitida durante
206 sua realização. A Sr. Kamila Amaral complementa a resposta citando o Artigo 36 do SNUC
207 (Sistema Nacional de Unidade de Conservação), que diz que todo empreendimento deve apoiar a
208 implementação das Unidades de Conservação com a base no potencial de impactos causados. Além
209 disso, fala que o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, que está desenvolvendo
210 uma metodologia para mensurar os impactos que o empreendimento causa através da
211 implementação das UCs. Que o Estado do Amazonas está buscando o Desenvolvimento
212 Sustentável e a prática do princípio do Poluidor Pagador, na mitigação dos impactos.

213 O Sr. Alfredo Pontes (FETAGRI), faz uma colocação sobre a diferença da Lei Federal com a Lei
214 Estadual? Em resposta, o Sr. João Talocchi diz que a Lei de Serviços Ambientais coloca todos no
215 mesmo aspecto. Em complemento o Sr. Rodrigo Freire (CECLIMA), diz que se sabe que a
216 proposta não irá resolver todos os problemas ambientais, prevemos que com a Lei irá ter melhorias
217 com a questão de regularização ambiental e fundiária e extensão rural.

218 O Sr. Henrique Pereira (UFAM), pergunta sobre a necessidade dessa nova lei? A lei apenas
219 autoriza o Governo do Amazonas a receber pelos serviços ambientais ou se também o autoriza a
220 pagar aos mantenedores dos serviços ambientais. Parece que a atual proposta do Governo é de ser
221 mais receptor do que pagador. Recomenda que a lei deva tratar de forma clara a questão da
222 titularidade dos direitos de propriedade dos serviços ambientais. Qual o risco de haver conflitos
223 entre a iniciativa federal e estadual? Em resposta o Sr. João Talocchi (CECLIMA), diz que a atual



224 economia não contempla os serviços ambientais. O governo será receptor (moderador, regulador
225 e facilitador) e irá distribuir os benefícios. O Estado criará a plataforma de comercialização e será
226 apenas o regulador. O plano não irá sair do papel se não for Lei.

227 O Sr. Paulo Mauricio (INPA), fala que o Estado é o pagador e provedor, se cabe um capítulo caso o
228 provedor não cumpra as metas estabelecidas. Em qual momento FAMC irá opinar com relação as
229 sugestões que foram apresentadas nas consultas públicas? Em resposta o Sr. João Talocchi
230 (CECLIMA) diz que esta questão virá na regulamentação.

231 O encerramento da VIII Reunião do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade,
232 Serviços Ambientais e Energia foi feito pelo Sr. João Talocchi. Após o final da reunião, foi
233 elaborada esta Ata que será aprovada na próxima reunião, assinada por mim,
234 _____, pelo representante da Presidência,
235 _____, e demais membros representantes das instituições no Fórum
236 Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais.